

Religião, política e movimentos sociais no Brasil

Giovanni Semeraro

Relação entre política e religião

Devem convir comigo que o tema desafiador e de grande atualidade que me foi proposto nesta conferência é praticamente impossível de ser devidamente tratado em 40 minutos. Vou me limitar, portanto, a focalizar alguns aspectos e mesmo assim com recortes que espero não sejam redutivos. Contrariamente ao lugar comum que considera a religião assunto que não se discute, opção de foro íntimo e de caráter estritamente pessoal, ela exerce papel significativo na formação do senso comum (GRAMSCI, Q 11, §13, pp.1396-7) e tem desempenhado uma função inegável na história da humanidade e na organização da sociedade. Por isso, ainda que seja terreno complexo e polêmico, não se pode negligenciar ou menosprezar essa realidade. Tanto mais, agora, quando a religião reemerge em um mundo convulsionado por crises profundas, corroído pelo descrédito nas instituições políticas e em busca como nunca de amparo em verdades confortáveis e de uma comunidade de pertencimento.

Sendo expressão social, mesmo em suas formas mais monásticas e contemplativas, dedicada a “re-ligar” não só indivíduos dispersos, mas também a multiplicidade de fatos e fenômenos em um todo articulado atribuído a forças superiores, a religião oferece uma cosmovisão em torno dos grandes enigmas da vida e apresenta uma “concepção de mundo com uma ética conforme”, na notória definição de Benedetto Croce. Ao formar, portanto, um imaginário coletivo e plasmar culturas, valores e comportamentos, entra inevitavelmente no terreno da política. Tanto é que, ao longo da história, além de chegar a se fundir com a política na divinização de chefes e imperadores, muitas vezes, a religião assumiu diretamente a tarefa de governar, como ocorreu, por exemplo, no extenso período da cristandade e até hoje em países teocraticamente estruturados. E, mesmo nas nações secularizadas e laicizadas, a religião continua entrelaçada ao poder político como *instrumentum regni* dos governantes, que em troca lhe oferecem resguardo e sustentação.

Não surpreende, portanto, se os laços entre política e religião, frequentemente retratadas com a metáfora da unidade de corpo e alma, sejam abordados por uma profusão de autores que perceberam a inseparabilidade da força e da persuasão, do trono e do altar na vida social e na

condução da coisa pública. O próprio Maquiavel, embora lance as bases da autonomia da política moderna e da razão de Estado em contraposição a G. Savonarola que pretendia dirigir Florença do púlpito da Igreja, reconhece a religião como aliada do Príncipe pelo fato de incutir o temor a Deus e agregar a população (MACHIARELLI, 1997, I, 11, p. 58). Não é por acaso que Hegel no seu sistema coloca a religião entre as três etapas mais elevadas do espírito: arte-religião-filosofia, ou seja, na tríade inseparável de intuição-sentimento-razão. Uma visão que levou muitos autores a considerá-las dimensões permanentes da história humana e a afirmar que “sem a conjugação de religião e política, não se realiza obra histórica no mundo” (RUSSO, 1931, p. 14). E todos sabemos que, juntamente com o surgimento do capitalismo, as vértebras fundamentais da modernidade foram a Renascença e a Reforma, traduzidas por E. Renan com a fórmula de “reforma intelectual e moral” e ressignificadas por A. Gramsci na formação da filosofia da práxis (Q16, §9, p.1860) e que, também, não deixava de considerar que “A história dos partidos e das correntes políticas não pode estar separada da história dos grupos e das tendências religiosas” (Q14, §11, pp.1666).

Poderíamos elencar inúmeros pensadores que na época moderna e contemporânea focalizaram os íntimos e controversos laços entre política e religião, mas limito-me a finalizar estas breves referências com C. Schmitt que percebeu uma significativa metamorfose desse fenômeno quando observa que “todos os conceitos relevantes da moderna teoria do Estado são conceitos teológicos secularizados” (1972, p. 61).

No Brasil, sem desconsiderar o significativo aporte das religiões de origem indígena e africana, do judaísmo, islamismo e espiritismo, a relação entre cristianismo e governantes sempre foi e continua sendo prevalente, desde a invasão destas terras com “a espada e a cruz”. É preciso esperar a Primeira República para ver proclamada a laicidade do Estado na Primeira Constituição de 1891 e a separação formal entre Igreja e Estado, na onda dos ventos tardios do Iluminismo e da Revolução francesa. Na prática, no entanto, o processo de secularização e laicidade desencadeado pela modernidade, tem afetado pouco o Brasil e, contrariamente ao “desencantamento” do sobrenatural e ao esvaziamento das igrejas na Europa, a religião aqui nunca perdeu sua forte incidência cultural, social e política.

Mesmo assim, ainda que de forma periférica e conservadora, a modernização, a industrialização e a urbanização foram levando o Brasil a se livrar progressivamente do ordenamento do *ancien régime*, dos dogmas e das tutelas hierárquicas e a reconhecer a legitimidade do poder que deriva da vontade da população, não mais do direito divino ou da linhagem hereditária. Como observara Kant, com a época moderna nem a religião nem os poderes constituídos com sua legislação podem escapar da crítica e da verificação científica, uma

vez que só o “livre e público exame” da razão ganha efetivamente crédito e respeito. Desta forma, embora truncado e entrelaçado com o atraso, o processo da modernidade, ao desencadear o espírito da liberdade e disseminar as luzes do conhecimento, desmistifica a religião e ao universalizar os direitos abre o caminho para a democratização e o protagonismo das camadas populares não só no âmbito da política, mas também no espaço do sagrado.

Creio ser oportuno levar em conta este contexto para entender melhor o surgimento no Brasil e na América Latina da peculiar expressão religiosa que foi se constituindo em torno da Teologia da Libertação elaborada a partir do início dos anos 70. Vocalizando a história das lutas populares e os anseios de libertação das ditaduras e da dominação secularmente imposta no subcontinente americano, as práticas religiosas e sócio-políticas das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), impulsionadas pelas Conferências Episcopais latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), pela moderna exegese bíblica e as ciências sociais, promoveram um vigoroso movimento popular de conscientização e reivindicação de direitos, comparado à Reforma no início da modernidade. Só que na América Latina este fenômeno assume um caráter próprio: não rompe com a Igreja, desenvolve uma religiosidade vinculada aos problemas sociais e sensibiliza os cristãos a combater as desigualdades, as injustiças, a dependência e o autoritarismo. Contrariamente à “Ética protestante e o espírito do capitalismo” (WEBER, 2004), nas práticas das Cebs emerge uma crítica radical ao capitalismo considerado pecado estrutural, sistema destrutivo a ser superado, em contraste também com a política conciliatória da tradicional doutrina social da Igreja (LESBAUPIN, 2000, pp. 57ss).

Inspirada na revolução religiosa do fundador do cristianismo, condenado à morte por um processo articulado entre o poder político e religioso, e no testemunho destemido das primeiras comunidades cristãs, os seguidores da Teologia da Libertação assumem abertamente a “opção pelos pobres” (no sentido de empobrecidos, oprimidos e excluídos), considerando-os sujeitos ativos e protagonistas da própria libertação. O que levou P. Freire a fazer uma crítica lúcida aos discursos políticos e também à Igreja institucional que escamoteando “a contradição antagônica” entre as classes pregam a “conciliação dos inconciliáveis” e em face da situação concreta de opressão, numa sociedade de classe, falam de “pobres” ou de “menos favorecidos” e não de “classes oprimidas” (1974, pp.112 e 123-124).

A menos que não se queiram eliminar ou distorcer os fatos, como vem ocorrendo com a despudorada onda de revisionismo e negacionismo vigentes atualmente no Brasil em relação à ditadura, aos direitos humanos e às conquistas da ciência, é história conhecida a contribuição desta religião da libertação nos movimentos que se insurgem contra o sistema colonial na América Latina, nas lutas pelos direitos sociais e as reformas estruturais, nas reivindicações da

terra e dos espaços urbanos para os despossuídos. Embora haja ainda muito a se pesquisar, existe uma extensa literatura que retrata a Teologia da Libertação, uma das maiores e capilares mobilizações de educação popular que deu lastro a movimentos populares, à formação de organizações políticas e dinamizou o processo de democratização do Brasil e do subcontinente americano (GHON, 1997, p.188). É preciso também observar que este movimento político-religioso não foi apenas uma erupção da espontaneidade popular, uma vez que há uma fartura de documentos claros e corajosos da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) denunciando a perversão das estruturas econômicas e sociais e orientando os cristãos a se posicionar contra os mecanismos que geram desigualdade e injustiças.

Creio que a notória expressão recorrente nas Cebbs: “não se amam os pobres sem se engajar na sua libertação” resume nitidamente a configuração deste movimento político-religioso que aos olhos dos Estados Unidos¹ e do Vaticano vinha adquirindo proporções preocupantes e, por isso, não tardaram a se prodigar em combatê-lo com o neoliberalismo e a “contrarreforma” dos pontificados de João Paulo II e Bento XVI.

O projeto político das igrejas neopentecostais

Recupero sumariamente essa história, onde não faltam também limites e fragilidades, porque pode ajudar a entender o crescimento rápido e espantoso do fenômeno político-religioso protagonizado nestas últimas décadas pelas igrejas “evangélicas” no Brasil. Estatísticas do IBGE² mostram que, exatamente no período de restauração na Igreja católica e de introdução das políticas neoliberais tem havido uma forte expansão das igrejas pentecostais e neopentecostais que hoje chegam a atingir quase 30% da população brasileira. Em seu amplo espectro, as denominações mais difundidas e consolidadas são a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus, mas, é necessário levar em conta e analisar também a miríade de outras agremiações que compõem o caleidoscópio das igrejas evangélicas, evidenciando as

¹ Na segunda parte do “Documento de Santa Fé”, preparado em maio de 1980 pelos assessores do Partido Republicano como suporte ao candidato presidencial Ronald Reagan, se afirma que “A política exterior dos Estados Unidos deve enfrentar a Teologia da Libertação na América Latina [...] perigoso fator de subversão” (Löwy, 1991, p. 100).

² Cf. J. Eustáquio Alves (ENCE/IBGE), um dos autores de “Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil”, *Tempo Social*, vol.29, n.2, 2017, pp.215-242 e também os dados atualizados e muito detalhados apresentados no seminário “Religião e Política: um olhar sobre o campo religioso brasileiro”, ocorrido na PUC-SP, entre 10 e 11 de maio e disponível no Youtube pelo Projeto Brasil Popular.

peculiaridades de cada uma³, evitando generalizações e discernindo as raposas das ovelhas. Para a nossa reflexão, o dado que interessa é como a multiplicação destas igrejas tem sido acompanhada pela parábola ascendente dos políticos que se elegeram das suas fileiras. Desde 1987, só para restar no âmbito do Congresso Nacional, os deputados federais evangélicos foram crescendo de 33, 42, 48, chegando, hoje, a uma bancada que conta com 91 integrantes (84 deputados e 7 senadores)⁴ e que agrega mais associados quando entram em jogo questões relativas às reformas neoliberais, à família, à escola, ao aborto, às drogas, aos costumes, à propriedade privada, à segurança, à educação sexual, ao movimento LGBTs, aos “valores cristãos” a serem defendidos nas batalhas jurídicas⁵. Atualmente, a Frente Parlamentar dos Evangélicos perpassa diversos partidos conservadores e pode chegar a aglutinar mais 200 componentes, incluindo segmentos da Igreja católica (principalmente, da Renovação Carismática e Opus Dei) e das Igrejas evangélicas históricas (batista, metodista, luterana, presbiteriana, adventista, congregacional).

Se lavarmos em conta a proliferação de políticos provenientes das igrejas evangélicas nos governos estaduais e nas prefeituras, nas assembleias estaduais e municipais, em cargos públicos, em organismos assistenciais e nos meios de comunicação, é possível afirmar que esta religião aguerrida vem plasmando os rumos da sociedade brasileira na política, na cultura e na economia. Quero lembrar que, na véspera das eleições de 2008, o bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal, com mais de sete milhões de seguidores, 7.200 templos espalhados pelo país, detentor da Rede Record e da Folha Universal (semanário com quase 2 milhões de exemplares), lançou o livro “Plano de Poder” (2008), com o aberto intuito de mobilizar os fiéis na conquista das prefeituras e do governo do país. No Rio de Janeiro, por exemplo, na esteira do radialista evangélico Francisco Silva (deputado federal por três mandatos, falecido em 2017), proprietário da Rádio Melodia, veio Eduardo Cunha, A. Garotinho, o pastor Everaldo Dias candidato à Presidência da República em 2014 pelo Partido Social Cristão/PSC (ao qual

³ Além da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus, as mais notórias e frequentadas são Igreja do Evangelho Quadrangular, Congregação Cristã no Brasil, Deus é Amor, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, Vitória em Cristo, Mundial do Poder de Deus.

⁴ Dados do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), de abril de 2019, mostram que o Partido Republicano Brasileiro (PRB), ligado a Igreja Universal do Reino de Deus, elegeu 19 candidatos em 2018 para a Câmara Federal. Os outros partidos com representantes na bancada evangélica são PSL (8); PR (7); DEM, PP, PSDB e PSD (5 cada); PSC e PSB (4 cada); Podemos e MDB (3 cada); PDT, PT, SD e Novo (2 cada); PMN, PRP, Patri, Avante, PTC, Pros, PHS e PTB (1 cada).

⁵ Em 2012, na Câmara dos Deputados, foi criada a ANAJURE (Associação Nacional de Juristas Evangélicos) que hoje conta com cerca de 700 membros, entre os quais consta desde a fundação a ministra Damares Alves.

Bolsonaro foi filiado entre 2016 e início de 2018) e o atual governador Wilson Witzel, que se elegeu por esta legenda. Contrariamente, portanto, às afirmações formais de seus dirigentes e também do projeto *Escola Sem Partido*, o capital eleitoral evangélico rende frutos políticos e a doutrinação e o proselitismo destas igrejas não deixam dúvidas, pois, como afirma a pastora Damares Alves, titular do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos “não é a política que vai mudar a nação, mas a igreja”. Fica, então, evidente que a disputa política no Brasil e na América Latina está fortemente entrelaçada com o confronto de concepções religiosas e com uma velada “guerra dos deuses” (Löwy, 2000).

Nesta lide, o projeto de poder das igrejas neopentecostais foi se construindo pelas concessões de estações de rádio e canais de TV e, ao mesmo tempo, pela formação de grupos de comunicação que se organizaram reproduzindo modelos de pastores americanos, como Billy Graham, grande ícone televangelista que influenciou vários presidentes dos Estados Unidos. Na onda do marketing audiovisual e do reality show, as manifestações religiosas dessas igrejas investem no sensacionalismo, na pregação moralizante, no apelo às emoções e adotam o modo de operar da Christian Broadcasting Network (CBN) dos neopentecostais de extrema-direita americana. Esta poderosa rede do telepregador Pat Robertson, que fundou também a Coalizão Cristã de conselheiros e consultores de políticos conservadores, se propaga pelo mundo com suas numerosas emissoras de televisão e rádio que atingem 180 países.

Por incrível que pareça, as igrejas neopentecostais no Brasil prosperaram muito na onda do neoliberalismo e durante os governos de centro-esquerda. Particularmente nas últimas duas décadas, enquanto o Partido dos Trabalhadores se afastava das bases, acalmava os movimentos sociais e se concentrava mais nas disputas eleitorais, tais igrejas se alastravam nas periferias, se dedicavam aos anseios cotidianos do povo pobre, ao assistencialismo, ao inferno das prisões, aos segmentos precariamente escolarizados e de baixa qualificação profissional, propiciando autoestima, abrigo e promessas de salvação diante da violência urbana e da ameaça aos valores da família atribuídas à liberalização dos costumes e à tolerância da esquerda.

Ao contrário da Teologia da Libertação, politizada, anticapitalista e avessa ao poder, voltada mais para a conscientização e a transformação das estruturas de dominação em um tempo de longa duração, as igrejas neopentecostais se concentram nos problemas imediatos do indivíduo, na ascensão social dos pobres e na vontade de prosperar das classes médias, estimulam a lógica do empreendedorismo e do consumo, recorrem a exorcismos para expulsar o mal e invocam policiamento e ordem no caos da sociedade (FIGUEREDO, 2005). No lugar da "mensagem da cruz", da ênfase no bem comum e no combate contra as injustiças, a Teologia da Prosperidade das igrejas neopentecostais promete sucesso, saúde, riqueza, felicidade e poder

(MARIANO, 2005, p. 158), não mexe com o sistema vigente e oferece mais garantias de contratação nas empresas. Um retrato destas promessas pode ser visto exposto abertamente na frente de muitas casas adaptadas a igrejas, em escritas como esta: “quebra de maldições – vida financeira, profissional e sentimental – doenças físicas e espirituais, cura de depressão, insônia, estresse”. E volto, novamente, a mencionar Gramsci quando observa que “Também o nascer de novas seitas religiosas é quase sempre solicitado e financiado por grupos econômicos, para canalizar os efeitos da compressão cultural-política” (Q14, §11, pp.1667).

Nada mais distante do Evangelho originário do cristianismo que se chocou com as estruturas de poder e deu origem a uma mensagem totalmente inaudita e escandalosa ao destruir a visão mágica da religião, o oportunismo de charlatães, os preconceitos, as falácias da riqueza, os ritualismos vazios e inaugurou uma nova concepção de religião em torno de uma efetiva fraternidade universal, da partilha dos bens e da figura de Deus como pai amoroso, subvertendo, assim, a imutável ordem natural das coisas e desencadeando na história a consciência da dignidade e a emancipação dos excluídos, discriminados e subjugados, como percebeu muito bem F. Nietzsche, que, em seu combate contra essa “infecção” e insurgência da “plebe”, viu na mensagem do crucificado as raízes precursoras e maléficas do socialismo e da democracia que se propagavam na Europa de seu tempo (1998, pp. 52-53).

A restauração político-religiosa no Brasil

A eleição à presidência da República golpeada de Jair Messias Bolsonaro, batizado em 2016 nas águas do Rio Jordão por Everaldo Dias, pastor da Assembleia de Deus e presidente do Partido Social Cristão (PSC), reflete nitidamente o novo fenômeno que vem plasmando a política e a religião no Brasil. Sustentado por consideráveis contingentes das igrejas evangélicas, por corporações econômicas nacionais e internacionais, amplos setores da Magistratura, do Ministério Público e da Polícia Federal, pelo conjunto da mídia monopolizada e de redes sociais financiadas pelo grande capital, o “capitão-mito” conjuga de forma inédita religião e política reacionárias. O retrocesso derivado desta combinação me leva a lembrar de *O 18 de Brumário* de Marx (2002), quando retrata as “circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco como Luís Bonaparte desempenhar papel de herói” e ser considerado como salvador ao levar a sociedade a derrubar “não a monarquia e sim as concessões liberais que lhe foram arrancadas através de séculos de luta” (p.24) e a retroceder “para antes do seu ponto de partida” (p. 25). E quase a descrever a nossa situação, Marx mostra como “Cromwell e o povo inglês tomaram de empréstimo a linguagem, as paixões e as ilusões do Velho Testamento para

a sua revolução burguesa. Mas, uma vez alcançado o objetivo real [...] Locke suplantou Habacuc”. Fosse ainda Locke! Porque, no Brasil o que se instalou no governo são astrólogos, pastores “tremendamente cristãos”, juízes matreiros, militares arrivistas, milícias digitais, fundamentalistas da Escola ultraliberal de Ludwig von Mises e da Escola de Chicago que serviram a Pinochet.

Passados mais de 4 meses de governo, creio que ninguém tem mais dúvida da restauração política e religiosa em curso no Brasil (SEMERARO, 2019, pp. 26-34), voltada a destruir não só organizações políticas e movimentos populares de oposição, mas também direitos fundamentais e conquistas civilizatórias, os próprios princípios da modernidade, do liberalismo e da democracia que nortearam a separação entre Igreja e Estado. O lema da campanha eleitoral de J. Bolsonaro “Deus acima de todos”, o uso e abuso de frases bíblicas, a escolha de ministros e a entrega de cargos importantes a figuras ligadas à “bancada da bala e da bíblia”, a investida contra as escolas, as universidades públicas, os jornalistas, as artes, a filosofia e a sociologia, os apelos moralistas, o acesso facilitado ao porte das armas, o combate aos “desvios sexuais”, a perseguição a negros e minorias e a realocação da mulher na casa, são posições mais do que claras dessa cruzada retrógrada que degrada a política e profana a religião.

Baseada na leitura pedestre e literal das narrativas bíblicas, no “Deus dos exércitos”, nos fenômenos estrondosos de Javé, vingativo e justiceiro, na crença sectária de estar investidos da missão para combater ideologias e costumes pervertidos, a desfiguração deste tipo de religião tem como objetivo fortalecer a lógica da hierarquia, a manutenção da ordem colonial e a promoção da “tánato-política”. Quando, de fato, em nome de Deus, divide, mente, agride, discrimina e mata, a religião deixa de ser tal e torna-se instrumento de fundamentalismo cego a serviço de um sistema econômico e político perverso. Neste sentido, por trás de aparentes contradições, o fundamentalismo religioso e o fundamentalismo ultraliberal se conjugam perfeitamente. A religião do escolhido e do abençoado pela prosperidade, de fato, combina com a ideologia do mais forte e do milagre do rentismo. Assim, enquanto o ultraliberalismo com seu anarco-capitalismo (que se protege covardemente no poder do Estado) rapina, robotiza e isola os indivíduos na luta mortal pela competição e esmigalha a classe trabalhadora, as manifestações trepidantes da religião neopentecostal procuram recompor no espaço aconchegante dos templos e nas marchas ruidosas dos centros urbanos uma comunidade aglutinada na “obra de Deus” pelo dízimo, incorporada docilmente na estrutura empresarial de pastores (bispos e obreiros) que uniformizam e embalam a plateia com o monopólio da palavra, o espetáculo, o simulacro e a miragem de promessas milagrosas. Em muitos aspectos, este neopentecostalismo exibicionista se sintoniza com a fantasmagoria atordoante do capitalismo extremado que, distanciando-se da

austeridade e da ascese intramundana de um “espírito” dinâmico e expansivo em sua origem, procura encobrir a sua atual decadência e regressão.

Um retrato da mistura oportunista de religião, política e economia pode ser observado na propagação do capitalismo como obra de Deus estampada nas notas do dólar americano, no lema *In God We Trust* que, juntamente com o símbolo da maçonaria, anunciam ao mundo a “nova ordem dos séculos”. Além da instrumentalização do nome de Deus, esta arrogante e grotesca representação de si como nação escolhida para cumprir a missão divina de dominar e guiar os outros povos, expõe claramente sua visão retrógrada e imperialista (LOSURDO, 2007, pp.108-9). Um fenômeno que nestas últimas décadas vem se incrementado nas campanhas presidenciais e nos dirigentes dos Estados Unidos. O “eixo do mal” amaldiçoado por G. W. Bush, de fato, continua presente no maniqueísmo das batalhas estabanadas de D. Trump contra os “maus” que ameaçam a prosperidade da nação americana, identificada com a civilização judaico-cristã⁶. Capta, portanto, um aspecto interessante Chantal Mouffe quando observa que no lugar do confronto entre “esquerda e direita”, do conflito político democrático aberto ao debate na esfera pública, vem se operando um deslocamento para a luta entre “bem e mal” (MOUFFE, 2009, p. 12), tão ao gosto do nosso Presidente e seus iluminados ministros.

Para quem acha que isso não passa de um delírio de teorias conspiratórias, basta lembrar que esta missão contra o “mal” está sendo conduzida não só pelo mais poderoso aparelho bélico e o gigantesco sistema econômico que se dá ao direito de controlar as transações internacionais, mas também por um conjunto de atividades midiáticas e culturais a nível mundial promovidas por um consórcio de bilionários, apoiados pela Casa Branca, para combater organizações, figuras e religiões que se opõem a seus interesses. Ícone dessa cruzada, é Steve Bannon, estrategista da campanha de D. Trump e de J. Bolsonaro, que criou *The Movement*, organização fundada em Bruxelas em janeiro de 2017, com o objetivo de articular e sustentar líderes e partidos da extrema direita da Europa. Entre outras atividades, Bannon se envolveu também com o Instituto da Dignidade Humana (Dignitatis Humanae Institute), fundado pelo político britânico Benjamin Harnwell, na Certosa de Trisulti, perto da pequena cidade de Colleparado, a 100 quilômetros de Roma⁷. Em seus objetivos o Instituto se propõe

⁶ D. Trump venceu as eleições em 2016 apoiado por uma coalizão de religiosos de extrema direita e nomeou Mike Pompeo, Secretário de Estado, e John Bolton, Conselheiro de Segurança da Presidência da República, “homens da Bíblia” voltados a defender a civilização judaico-cristã com meios belicistas.

⁷ Concessão revogada pela Advocacia do Estado Italiano, atendendo às acusações de diversas ilegalidades e obrigações contratuais e às pressões dos comitês locais e de ativistas pela proteção dos bens culturais. (Cf. o jornal *La Repubblica* de 31/05/2019).

a criar uma escola para preparar quadros que possam salvaguardar a civilização judaico-cristã, identificada com o capitalismo ultraneoliberalista e visa agregar também cardeais da ala ultraconservadora da Igreja Católica como, por exemplo, o americano Raymond Leo Burke, opositor do Papa Francisco ⁸.

A transposição destes projetos de magnatas para o Brasil vem sendo favorecida pelo próprio Palácio do Planalto que recentemente abriu as portas aos pastores do “Capitol Ministries” dos Estados Unidos e pelas iniciativas do deputado Eduardo Bolsonaro que em diversas ocasiões tem deixado clara sua intenção de construir uma conexão com o *The Movement* (*Estado de São Paulo*, 5/11/2018) e estabelecer parcerias com S. Bannon “para resgatar a soberania das forças elitistas” (*Folha de São Paulo*, 1/4/2019), para as quais a política não passa de administração do poder em uma sociedade naturalmente hierárquica e desigual.

Nesta guerra híbrida desencadeada com todos os meios e em todas as direções, a degradação e a barbárie do grande capital não tem receio de invadir e colonizar todos os espaços da vida, até os mais fundamentais e invioláveis: a liberdade, o trabalho, a ciência, a cultura, as instituições democráticas, o corpo, a mente, a verdade, a dignidade, os sentimentos e a própria religião. Em “O capital como religião” W. Benjamin (2013) mostra como, “parasita do cristianismo”, o “capitalismo-religião” se ornamenta dela, introduz uma forma de culto permanente, culpabilizando os que não alcançam o sucesso e se torna totalitário e destrutivo ao produzir fiéis entorpecidos por rituais e sacrifícios no globo inteiro. Portanto, quando, em uma situação desta, como anota ainda W. Benjamin nas Teses (1985, p.224), nem os mortos estão a salvo e nos sentimos invadidos e destruídos no que há de mais sagrado, passou da hora de esperar e silenciar. Como tem ocorrido com muitos destemidos e audaciosos movimentos populares no Brasil e na América Latina é tempo de se insurgir, de se organizar e reapropriar-se da política que democratiza e socializa para libertar todas as forças criadoras e resgatar também a religião da profanação de uma necropolítica que a deforma e degenera.

⁸ Em 30/11/2018 *The Intercept Brasil* publica uma entrevista com o fundador do Instituto que, entre outras declarações, afirma “Veja, a direita se funda no individualismo, no Estado mínimo e no respeito à propriedade privada. Ela se opõe à esquerda, que se interessa pelo coletivo e nega o direito do indivíduo. Já a extrema-direita recusa totalmente a presença do Estado em contraposição à extrema-esquerda, que pretende um Estado absoluto. Então a extrema-direita, para mim, não é questão pejorativa, mas uma questão de honra, porque o Estado serve somente para explorar as pessoas, não para salvá-las ou ajudá-las, e isso é feito para garantir a elite. Não existe o risco do comunismo soviético, mas o socialismo está sempre presente, em crescimento e, num certo modo, responde ao pecado original que é desejo de ter o que é do outro”.

(Texto relativo à conferência de encerramento proferida no *III Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina* promovido pelo PROLAM na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, entre 6 e 10 de maio de 2019)

Bibliografia

Alves J. Eustáquio et al., “Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil”, in *Tempo Social*, vol. 29, n.2, 2017.

Benjamin, W., *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, v. 1, Brasiliense, São Paulo, 1985.

_____, *O capitalismo como religião* (org. M. Löwy), Boitempo, São Paulo, 2013.

Figueredo, V., *Entre o palanque e o púlpito: mídia, religião e política*, AnnaBlume, São Paulo, 2005.

Freire, P., “O papel educativo das igrejas na América Latina”, in *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.

Ghon, M.G., *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*, Loyola, São Paulo, 1997.

Gramsci, A., *Quaderni del carcere* (Q), Ed. crítica de V. Gerratana, Einaudi, Torino, 1975.

Lesbaupin, I., “Comunidades de Base e Mudança Social”. In: AA.VV., *Estudos de Política e Teoria Social*, PPGESS-UFRJ, vol. 2, n.º. 3, 2000.

Losurdo, D., *Il linguaggio dell'impero. Lessico dell'ideologia americana*, Ed. Laterza, Roma-Bari, 2007.

Löwy, M., *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*, Vozes, Petrópolis. 2000.

_____, *Marxismo e teologia da libertação*, Cortez/Associados, São Paulo, 1991.

Macedo, E.B., *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*, Thomas Nelson, São Paulo, 2008.

Machiavelli, N., *Discorsi*, in Machiavelli, *Opere*, Einaudi-Gallimard, Torino, 1997.

Mariano, R., *Neopentecostais: sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*, Loyola, São Paulo, 2ª ed., 2005.

_____, “Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade”, *Novos Estudos*, n. 44, 1996.

Marx, K., *O 18 de Brumário*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2002.

Mouffe, C., *En torno a lo político*, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2009.

Nietzsche, F., *Al di là del bene e del male* (orgs G. Colli-M.Montinari), Mondadori, Milano, 1998.

Russo, L., *Prolegomeni a Machiavelli*, F.Le Monnier, Firenze, 1931.

Schmitt, C., *Le categorie del "politico"*, Il Mulino, Bologna, 1972.

Semeraro, G., "La restaurazione in Brasile: un fascismo neoliberalista", in *Critica Marxista*, n. 1, Roma, 2019.

_____, "Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina", in *O Social em Questão*, vol. 1, n.39, 2017, pp.87-108.

Teixeira,F.-Menezes, R., *As religiões no Brasil*, Vozes, Petrópolis, 2011.

_____, (orgs), *Religiões em movimento. O censo de 2010*, Vozes, Petrópolis, 2015.

Weber, M., *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, Companhia das Letras, São Paulo, 2004.